

(\*) *Susana Soares Branco Durão* é Doutora em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE) do Instituto Universitário de Lisboa (IUL) (Portugal) com estágio de pós-doutoramento na UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP, e bolsista de produtividade do CNPq. @ ssdurao@gmail.com  
*Vitória Affonso Ferreira* é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com ênfase em Antropologia. @ vitoria.affer@gmail.com

# Das máscaras do Estado:

## mulheres e pesquisadoras na Polícia Militar

### The masks of the State: women and researchers in the Military Police

Susana Soares Branco Durão \*  
 Vitória Affonso Ferreira \*

**RESUMO:** Esse artigo tem o intuito de discutir os resultados de uma pesquisa com mulheres policiais em um batalhão de um município do estado de São Paulo entre 2015 e 2016 a partir das dificuldades sensíveis de acesso ao campo. O texto é dividido em duas partes. Na primeira, submetemos a literatura da especialidade no Brasil a uma revisão crítica pela ausência manifesta de uma discussão aprofundada da situação de pesquisa sobre gênero em instituições policiais. Na segunda parte, tentamos evidenciar a forma como determinadas opções teóricas – a análise das máscaras do Estado, o potencial disruptor de gênero nas polícias, a masculinidade persisiva – foram iluminadas pelos limites metodológicos à abordagem de cariz etnográfico e opacidades enfrentados na pesquisa. O Estado aparece como uma peça fundamental neste texto, pois ele não simplesmente se esconde e se torna opaco como gera, por intermédio dos seus funcionários em interação conosco, na condição de pesquisadoras em ciências sociais, diversas camadas de máscaras que permitem que este se vá sugerindo e simulando, enquanto se nega a ser adivinhação e conhecido, limitando desse modo o fluxo da comunicação que é a base da pesquisa social. Concluímos pela necessidade de comprometer as universidades na desocultação destes processos em instituições públicas tecendo uma crítica a “éticas” acadêmicas normativas que sirvam apenas para aprimorar e tornar mais criativas as velhas opacidades do Estado e das polícias militares.

**Palavras-chave:**  
 Polícia Militar,  
 Gênero,  
 Masculinidade,  
 Máscaras do  
 Estado, Teoria  
 Etnográfica.

The distinctions between abstract and concrete, ideal and material, representation and reality, and subjective and objective, on which most political theorizing is built, are themselves partly theorizing is built, are themselves partly constructed in those mundane social processes we recognize and name as the state (MITCHELL, 1999).

## Introdução

Entre os anos de 2015 e 2016, desenvolvemos uma pesquisa de 12 meses na área de segurança pública, com base no acesso e limites de acesso a um batalhão da Polícia Militar (PM) de um município de São Paulo (cujo anonimato preservamos). Tínhamos como intuito inicial perceber e analisar como se dava a inserção de mulheres naquele meio policial. Partimos de uma pergunta genérica: Como seria a trajetória das mulheres, suas vidas, em um ambiente policial e militar? Como haviam decidido entrar numa profissão majoritariamente masculina e masculinizada? Talvez ingenuamente, considerámos ter abertura da parte da PM de São Paulo para prosseguir com uma pesquisa presencial e com observação, ultrapassando e complementando os limites heurísticos da entrevista. Devido a diversos questionamentos colocados à condução prática da pesquisa, de campo fomos obrigadas a repensar o problema de gênero de acordo com performances políticas de limitação da sua exposição em face a pesquisadoras acadêmicas. Isto levou-nos a construir uma visão crítica sobre a literatura que temos hoje ao dispor sobre o tema das mulheres policiais no Brasil.

No decorrer da pesquisa de campo, que ocorreu entre Março de 2015 e Fevereiro de 2016, ao abrigo do programa de pesquisa de iniciação científica da UNICAMP/CNPQ, fomos conduzidas, pela própria experiência de campo, a refletir sobre os avanços e recuos da polícia à nossa presença<sup>1</sup>. Como lidar com a própria hesitação das instituições públicas em receber pesquisadores universitários em tempos politicamente conturbados? Como avançar com pesquisas quando o clima de suspeita dos poderes públicos e das elites policiais em relação aos professores e estudantes das ciências sociais marca o tom das negociações?

Procuramos no texto pensar a questão da presença feminina nos universos policiais, a partir do que alguns autores designaram como uma *anthropology of the present*, desenvolvendo um estudo que tenta compreender a complexidade dos processos que moldam as sociedades contemporâneas, não tanto a partir de “nichos fechados e engessados”, mas ampliando os problemas associados à política. Esta abordagem:

[...] offers the potential for a radical reconceptualization of ‘the field’; not as a discrete local community or bounded geographical area, but as a social and political space articulated through relations of power and systems of governance. [...]

<sup>1</sup> Agradecemos à Pro-Reitoria de Pós-Graduação da UNICAMP pelo apoio financeiro concedido ao projeto: “Entre o revólver e o batom: mulheres no policiamento ostensivo no Estado de São Paulo, uma questão de gênero”, de 01/08/2015 a 31/07/2016, concluído pela orientadora Susana Durão e orientanda Vitória Ferreira.

It is no longer a question of studying a local community or ‘a people’; rather, the anthropologist is seeking a method for analyzing connections between levels and forms of social process and action, and exploring how those processes work in different sites – local, national and global. This is not confined to ‘studying up’ in Nader’s (1972) sense of focusing on corporations, elites and centers of power as an antidote to the traditional emphasis on ‘studying down’; it is what Teinhold (1994:477-9) calls ‘studying through’: tracing ways in which power creates webs and relations between actors, institutions and discourses across time and space (SHORE e WRIGHT. p. 11)

Assim, nosso interesse está em levar a sério o que o trabalho de campo – que intermedeia todo o conhecimento que possamos produzir – nos diz sobre o objeto de estudo que escolhemos desenhar. A nossa pesquisa não se concretizou de forma fácil, enfrentámos diversos limites burocráticos que iremos descrever ao longo do texto. Mas estas dificuldades revelaram algo mais do que um entrave concreto à pesquisa. As dificuldades permitiram pensar como várias formas de ordenar e categorizar o gênero na polícia militar em São Paulo se encontram imersas em uma complexa malha que inclui ideias de Estado, de Polícia Militar, violência, masculinidade e mídia – e, ao centro do nosso argumento, a própria imaginação sobre como se deve controlar a presença e a subjetividade dos e das antropólogas. É sobre os cruzamentos entre estes aspectos que versa o presente artigo.

Depois de muita persistência e insistência, em um ano de pesquisas que, pelas dificuldades encontradas ficou reduzido a meses, conseguimos realizar treze entrevistas. Os profissionais entrevistados foram todos selecionados pelo comando do batalhão. A maioria dos entrevistados tinha mais de 40 anos. O tempo médio na carreira, 19 anos, evidencia que apenas militares com muita experiência foram convocados pelas chefias para oferecer o seu depoimento às pesquisadoras. As chefias selecionaram para serem entrevistadas seis mulheres e sete homens. A maior parte dos entrevistados eram praças (nove), poucos oficiais (três) e apenas um sargento. Em geral todos os entrevistados trabalhavam em atividades administrativas no batalhão, sendo de alguma forma da confiança do comando. De notar que foi estabelecido um “oficial de ligação” pelas chefias para acompanhar *todo* o processo de realização de entrevistas e cada passo dado pelas pesquisadoras no batalhão. O pedido para desenvolvermos visitas frequentes, com presença mais permanente no batalhão ou em outras unidades policias, foi negado.

O artigo que irão ler divide-se em duas partes. Num primeiro momento fornecemos uma revisão crítica da literatura sobre mulheres policiais e militares no Brasil, apontando alguns padrões, segmentações e limites das análises. Na segunda parte propomos uma complexificação destas análises a partir da própria situação de dificuldade da pesquisa presencial nas polícias militares em São Paulo. Constatamos que as reflexões que possamos fazer sobre gênero e masculinidade na polícia militar passam necessariamente por essa situação de dificuldade extrema em fazer fluir a pesquisa de índole etnográfica e a presença continuada de pesquisadores (e pesquisadoras) por entre as malhas do Estado, aqui pensando no estado de São Paulo mas também no conjunto dos estados como configurações políticas. O que diferencia esta análise é que o Estado não simplesmente se esconde e se torna opaco. Como iremos demonstrar, ele gera por intermédio dos seus funcionários diversas camadas de máscaras que permitem que o mesmo se vá sugerindo, simulando, enquanto se nega a sua adivinhação e conhecimento -- limitando assim o saber de cariz sociológico.

Na conclusão, levantamos uma questão central dirigida à própria academia. Ao criar uma gama burocrática que coloca o problema “ético” da pesquisa apenas do lado dos pesquisadores (e pesquisadoras) não estarão os comitês de ética a facilitar as opacidades do Estado? Em vez de facilitar ou pressionar a abertura de instituições e de canais de comunicação com funcionários do Estado, quando aplicados à Polícia Militar e possivelmente a outras corporações, os comitês de ética podem servir para promover as máscaras do Estado. Nesse sentido, a “ética” acadêmica normativa pode servir apenas para aprimorar e tornar mais criativas velhas formas de opacidade de Estados que pretendem manter-se longe dos olhares da pesquisa e de públicos externos.

## Ser mulher policial: revisão da literatura

Revendo a importante e inovadora literatura sobre mulheres policiais militares no Brasil, deparamos com um dado: a maioria dos textos tem uma estrutura formal e argumentativa semelhante. As reflexões começam por uma abordagem mais generalista, definindo e situando a discussão de gênero e os movimentos feministas, partindo para uma contextualização histórica geral, seguida de uma apresentação do estado em que foi conduzida a pesquisa. São privilegiadas as perspectivas sociológicas e o problema das relações entre poder e gênero (CAPPELLE, 2006; SOUZA, 2009, FEITOSA, 2010; CAPPELLE E MELO, 2010; SOUZA, 2014), identidade de gênero (SOUZA, 2014, LIMA, CASTRO E CRUZ, 2010; NEVES, 2008, SOUZA, 2009; CALAZANS, 2003), trabalho policial e gênero (BRAGA,

2014; BEZERRA, MINAYO, CONSTANTINO, 2012) e representação social (SOUZA, 2009; SOUZA, 2014). Todavia, não vemos a situação da pesquisa ser incluída nas pesquisas. Detalhamos alguns exemplos.

Devido a extensão da literatura acumulada, nos ateremos às análises das obras de Soares e Musumeci (2005), Cappelle (2006) e Souza (2014). Todas as obras focam o caso das mulheres policiais, mas em distintos estados, o que nos permite perceber os contrastes e consonâncias entre eles. À medida que avançamos vamos citando outros trabalhos sobre o mesmo tema.

Em seu livro Soares e Musumeci (2005), realizam uma pesquisa com policiais militares no Rio de Janeiro, focando na presença feminina nesses ambientes. Nesse trabalho de referência para grande parte de estudos sobre mulheres policiais, contamos com um uso cuidadoso de dados, análises de leis, documentos e da própria história das mulheres policiais para embasar e complementar seus estudos. As autoras abrem seu livro com uma contextualização histórica da inserção das mulheres policiais no Brasil, tendo em vista que os motivos seriam distintos daqueles encontrados em países onde houve a necessidade de englobar mulheres devido a guerras ou a reformas institucionais por anti-corrupção ou violência (MUSUMECI; SOARES, p. 15). Em grande parte das polícias estaduais brasileiras, exceto São Paulo, que incorporou mulheres em 1955 (SOUZA, 2014), o recrutamento foi recente, teve motivos diversos e contextos específicos em cada estado<sup>2</sup>. As histórias desse processo dão reveladas por diversos trabalhos recentes sobre a inserção de mulheres policiais, como Calazans (2003) no Rio Grande do Sul, Soares e Musumeci (2005) no Rio de Janeiro, Neves (2008) na Bahia, Pereira (2009) no Maranhão, Souza (2009) no Sergipe, Alves (2011), Cappelle e Melo (2010) e Cappelle (2006) em Minas Gerais e Souza (2014) em São Paulo.

Apesar das particularidades de cada estado, todos partilham alguns motivos gerais para a inserção das mulheres nas policiais brasileiras. A razão inicial prende-se à realização de atendimento de certas áreas onde o policial masculino se considerava menos “sensível” -- o atendimento a populações mais vulneráveis (mulheres, crianças, idosas). Outras razões foram surgindo, reforçando cada vez mais a necessidade de incorporação das mulheres em forças policiais, como a demanda por Delegacias Especiais da Mulher (PASINATO, 2012; VIERA, 2011; CRUZ, 2008; SANTOS, 2005; DEBERT, 2000), o desejo de humanizar a Polícia Militar após o longo período da ditadura militar que assolou o país, trabalhando para o melhoramento e modernização da imagem das polícias em geral e da Polícia Militar em particular (SOARES e MUSUMECI, p. 15-16).

2 O ano de criação do corpo de policiais femininas nos estados se deu cronologicamente: São Paulo em 1955; Paraná em 1977; Pará, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul em 1981; Amazonas, Rondônia, Maranhão e Rio de Janeiro em 1982; Distrito Federal, Espírito Santo e Santa Catarina em 1983; Acre em 1985; Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins em 1986; Paraíba em 1987; Alagoas em 1988; Amapá, Bahia (NEVES, p.48) e Sergipe (SOUZA, 2009, p.43) em 1989; Pernambuco em 1993; Ceará e Amapá em 1994; e Roraima em 2000 (ALVES, p.41). Não foram encontrados dados de Piauí e Mato Grosso.

Soares e Musumeci evidenciam como na polícia do Rio de Janeiro, a entrada das mulheres nas corporações se dá via a função de guardas de trânsito. A sua inserção nestas atividades de regulação do trânsito teria a ver com a premissa de que mulheres seriam menos corruptíveis que os colegas masculinos. Embora não elaborada uma reforma geral das polícias, a ideia era fazer com que o contato social entre ambos, mulheres e homens, inibisse a extensa e conhecida corrupção entre policiais. Entretanto, as autoras questionam isso, ao evidenciar casos de corrupção femininos, procurando desse modo desmontar argumentos de teor naturalista e sexista.

As mesmas autoras fornecem ainda um panorama geral da relação de gênero entre as polícias no Brasil, oferecendo dados que demonstram a extrema desigualdade entre homens e mulheres policiais, com base nas: patentes, idade, raça, nível educacional e funções, fazendo um exercício comparativo entre os valores estatísticos e tabelas. No final da obra Soares e Musumeci destacam algumas questões de gênero mostrando que as mulheres policiais adotariam estratégias para se afirmar como iguais perante os homens, apesar de suas singularidades diferenciadoras. As autoras demonstram que a unificação dos quadros policiais (masculinos e femininos) no país, que recusou erguer um quadro específico de mulheres policiais, não se fez acompanhar de uma reforma clara na instituição. As mulheres, em muito menor número, simplesmente foram integradas em uma lógica policial tradicional. O livro é crítico à perspectiva de inserção de mulheres nas polícias sem um estudo e planejamento prévios que pudessem constituir uma reforma real. De acordo com as autoras, as elites das instituições partilham a crença de que bastaria apenas promover a presença feminina para equilibrar os casos de violência e corrupção dentro da instituição. Contar com os “atributos naturais das mulheres” seria suficiente. As mulheres viriam assim para assumir “atividades-meios” nas instituições, desenvolvendo funções ligadas ao ambiente burocrático e interno da corporação. As “atividades-fim”, consideradas muitas vezes o “verdadeiro trabalho policial” de ação nas ruas com mais operacionalidade, seriam exercidas em sua grande maioria por homens.

Apesar da crítica, Soares e Musumeci também admitem que as mulheres policiais assumem muitas vezes uma posição ambígua: as mulheres podem resistir à dominação através do reforço da feminilidade, bem como aderir ao “*ethos* viril e competitivo dos policiais masculinos” para serem reconhecidas e terem acesso a uma carreira plena (SOARES E MUSUMECI, p. 179-81). As autoras pontuam também, com seu trabalho que o gênero extrapola as relações entre os indivíduos ou as próprias lógicas de ação das mulheres policiais, sendo que permeiam a própria lógica de funcionamento institucional que atribui simultaneamente a elas uma função secundária, abrindo brechas para que

elas assumam estratégias alternativas nas instituições. Mas precisamente por toda esta ambiguidade, e também porque a pesquisa foi realizada por duas mulheres, permanece a dúvida: Como incorporar a situação de pesquisa no argumento geral? O que e como foi possível observar, ouvir, dialogar, questionar?

O segundo caso que exploramos é o da tese de doutorado Cappelle (2006). Esta parece complementar o trabalho de Soares e Musumeci, avançando na reflexão acerca das relações entre gênero e instituição. Na sua obra, a autora se preocupa em perceber as relações de poder, gênero e a subjetividade entre policiais durante um trabalho de campo que realizou em Belo Horizonte. Com o intuito de analisar um espaço de trabalho onde as mulheres ainda possuem dificuldades de incorporação e de valorização, ela escolhe analisar o caso da Polícia Militar de Minas Gerais, onde justamente há diversos entraves à entrada de mulheres na carreira policial.

Segundo ela, os entraves devem-se ao fato de a instituição policial mineira se ter constituído como um “gueto masculino” durante muito tempo. Ali as mulheres começaram a ser admitidas apenas em 1981. Diante disso, a autora é impelida pela inquietação de compreender como as mulheres policiais, que trabalham no plano operacional, encararam uma instituição tão masculinizada. Para empreender essa análise, Cappelle questiona a dualidade presente em muitos estudos de gênero, que atribuem aos homens uma dominação inerente sobre as mulheres, assim como a existente dentro da própria instituição. Dessa forma a autora tentará mostrar que as dinâmicas das relações de gênero existentes no ambiente da Polícia Militar, são alterados quando as mulheres compreendem as relações de poder dentro da instituição, a qual apesar de apresentar dificuldades para as mulheres, podem ser superados dentro dos quartéis, como por exemplo, a hierarquia que as possibilita quando assumem postos de comandos a tomarem posições de poder, bem como aquelas que desempenham funções em geral distintas das comumente designadas ao seu gênero, como a função operacional. Cappelle nos trás que apesar dos entraves da polícia, a inserção e prestígio de mulheres em suas fileiras podem ser contornados por outras vias estratégicas assumidas por essas mulheres policiais para ganho de reconhecimento, abrindo possibilidade de serem transformadoras das relações de gênero através do jogo das relações de poder dentro da instituição.

Cappelle, na primeira parte de sua obra debate teoricamente questões de poder e gênero na polícia e na segunda desenvolve o caso da Polícia Militar de Minas Gerais, partindo de uma contextualização histórica sobre suas origens e o fornecimento de uma descrição sociológica dos policiais. A autora adota uma perspectiva “politizada para o estudo do gênero nas organizações

[...]” (CAPELLE, p. 337), focando na presença de estratégias exercidas pelas mulheres policiais de modo a que estas consigam se adaptar e criar novas formas de relação de poder, ultrapassando muitas vezes as limitações de gênero atribuídas ao “espaço feminino”:

Esse tipo de posicionamento envolveu a recuperação do papel do sujeito humano na dinâmica social e, conseqüentemente, a interligação entre relações de gênero, relações de poder e subjetividade. A utilização dessas dimensões de análise implica reconhecer que o fenômeno estudado envolve muito mais do que as limitações femininas no trabalho, o preconceito contra a mulher ou a dominação masculina: envolve as possibilidades de exercício de poder e de resistência existentes para cada um no campo e poder da organização (CAPELLE, p. 340)

Segundo a autora, as mulheres policiais aprendem dentro da instituição a “jogar os jogos de poder”, a partir de diversas estratégias. Enquanto umas assumem posições para superar os homens se igualando a eles, outras realizam isso a partir da diferença existente entre os gêneros, da mesma forma mencionada anteriormente por Soares e Musumeci (2005). Nesse momento, Cappelle, evidencia uma questão importante em sua tese que é a presença da instituição como influenciadora nessas relações de poder e gênero. Segundo ela há uma ambigüidade na Polícia Militar frente aos seus contingentes femininos, se por um lado a instituição deseja mulheres em suas fileiras, por representarem mudança e modernidade, por outro, há limites para essa inserção, na qual as tramas que existem dentro dela ainda permanecem tradicionais e rígidas, construídas sobre uma masculinização, na qual a própria instituição parte para a constituição de seus policiais afim de homogeneizá-los, mas que muitas vezes são tensionados pelas próprias estratégias das mulheres que estão lá dentro, no intuito de irem contra essa homogeneização. Mas se a autora nos mostra os caminhos dos “jogos de poder” e de subversão através das “lentes da teoria”, como diz, porque não nos fala em algum momento daqueles que ela mesma teria que desempenhar, na condição de pesquisadora? O mesmo tipo de questionamento da primeira obra ressurgue. Por que se apaga de cena o corpo da pesquisadora?

A última obra que será analisada é a mais recente tese de Marcos Santana Souza (2014). A escolha desta deve-se ao fato de ser o único trabalho realizado no Estado de São Paulo. Por este e outros motivos, que esclareceremos no decorrer do texto, a tese de Souza é central na nossa análise. O foco principal

do autor é refletir, a partir das representações sociais de gênero, sobre a subjetividade de homens e mulheres policiais, bem como o desempenho de seus papéis na instituição ao longo dos anos. Para isso, o autor desenvolve uma extensa pesquisa histórica no Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo e no Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES). Nesses arquivos Souza encontrará diversos documentos, assim como filmes, letras de músicas, propagandas e jornais da época que colaboraram para a criação de uma imagem positiva das mulheres dentro de uma instituição frequentemente associada ao gênero masculino. Junto a isso, Souza também realiza uma reconstituição do contexto histórico do país e explica como a situação política, social e economicamente favorável em São Paulo afetaram a decisão de atrair mulheres para a Polícia Militar. Isso ajuda a explicar como a polícia paulista é pioneira em toda a América Latina.

Como Souza nos mostra, o Brasil vivia em uma época de intenso desenvolvimento urbano, afetando diretamente as questões de segurança pública, uma vez que a criminalidade estava se intensificando. Diante desse cenário, mostrou-se um ambiente propício para a entrada das mulheres na Polícia Militar, pois havia:

[...] a necessidade de incorporar o público feminino nas funções policiais como resultado de um processo mais amplo que levou a mulher brasileira ao trabalho em diferentes áreas da indústria, do comércio e aos setores burocráticos do serviço público. Para isso, ressalta ser inquestionável, uma vez provada a capacidade feminina de desenvolver tarefas em diferentes áreas, o direito de a mulher adentrar, a partir da alteração da legislação que impedia o seu acesso, em espaços até então reservados aos homens (SOUZA, 2014, p. 62)

Percebemos a dimensão da análise de Souza quando este nos apresenta personagens importantes para a história das mulheres policiais que, por motivos políticos e institucionais, são apagadas pelos tradicionais heróis masculinos da Polícia Militar (como no caso de Tobias Aguiar). Essas mulheres seriam, para dar apenas alguns exemplos, Joana D'Arc, Maria Quitéria, Hilda Macedo, essa última sendo uma peça chave para a inserção das mulheres na Polícia Militar paulista. Em sua análise sociológica, Souza se centra no corpo feminino. Este nos mostra como a partir do corpo se desenvolvem performances de gênero e como a instituição molda a conduta e aparência feminina de suas policiais. O autor nos mostra como são socialmente construídos os atributos “naturais” do sexo feminino e masculino, como a

partir dele os papéis dentro da PM são distribuídos. Defende que para os policiais existe uma visão determinista de gênero pautada pelo sexo biológico. Souza irá submeter toda a análise a essa visão do corpo e do gênero na PM. A atribuição de funções específicas a mulheres e a sua participação em situações particulares onde suas características “naturais” se encaixariam melhor e seriam preservadas, deriva dessa visão de corpo.

Com o intuito de mostrar outros tipos distintos que subvertem a lógica de gênero “natural” da PM, fugindo das designações conectadas a papéis biológico, Souza evidencia dois casos - as policiais “Billy” e “Spacefox”. Segundo o autor a “Billy” é o nome atribuído a policiais que apresentam um comportamento distinto do esperado pela corporação em relação a mulheres, agindo e incorporando características percebidas como masculinas. Estas em geral preferem não usar adornos, maquiagem, entre outras marcas corporais que remetem para a feminilidade. Entretanto, o autor chama a atenção de que mesmo quando estas policiais agem de acordo com preceitos profissionais, elas acabam sendo discriminadas justamente por sua competência. Dito de outro modo, não é esperado que elas possuam mais agressividade, capacidade de dominar e de executar ordens do que os seus companheiros de farda (SOUZA, 2014, p. 218). De acordo com o autor, esta demonstração de algo que se considera atributo masculino, não só é representado como uma perda da feminilidade como é um potencial subvertor da lógica existente na corporação. A segunda denominação, “Spacefox”, também faz parte de um vocabulário policial para denominar aquelas mulheres que são pouco comprometidas e interessadas com o seu trabalho, além de se englobar as que estão acima do peso ou estatura, sendo por isso acusadas de relaxadas. O autor ressalta que esses são duas categorias informais negativas bem específicas. Elas são evidenciadas para mulheres que fogem à norma ou por nelas se detectar uma conduta muito masculinizada ou por se considerar que é relaxada. O ideal tipo da mulher polícia é feminino (SOUZA, 2014, p. 233).

Outro tema central na tese de Souza é a questão da identidade feminina na Polícia Militar, a qual é reforçada e lembrada a todo o momento pela própria instituição. A Polícia Militar reforça atributos ligados a um padrão de mulheres de classe média, bem como reforça uma feminilidade específica ao promover eventos como o Dia da Policial Feminino, onde as policiais recebem sofisticados tratamentos de beleza e palestras sobre o cotidiano e vida das mulheres. Nessas palestras, Souza (2014, p. 294) sublinha a importância do treino para o “exercício da vaidade”, “busca do amor maternal e marital”, entre outros temas feminilizantes. Tais eventos mostram, segundo o autor, de forma bem clara, o “lugar” que as mulheres ocupam dentro da instituição. Tendo em vista esta perspectiva analítica de gênero, utilizada pelo autor

durante toda a sua tese, podemos resumir que seu objetivo foi mostrar como apesar das mudanças e aberturas ocorridas para o contingente de mulheres na instituição, são perceptíveis muitos entraves, os quais percebem a presença feminina como ameaça aos tradicionais valores da PM. Assim se “naturaliza” a necessidade de sempre manter as mulheres subalternas na relação com seus companheiros e superiores na PM. Souza valoriza assim uma perspectiva histórico-sociológica.

Se Souza é o primeiro pesquisador a dedicar uma obra a mulheres na polícia paulista, este dado surge timidamente na sua tese. Se o autor dá um passo em frente ao discutir dificuldades no trabalho de campo, ele não chega a avançar na conexão que poderá ser engendrada entre a sua situação de pesquisa e as definições de gênero, polícia e Estado em uso. Apesar de vivenciar situações de dificuldade de campo muito semelhantes às nossas (entraves burocráticos, hesitações controladas e suspeição generalizada face à sua presença), como iremos descrever adiante, não chega a enquadrá-las nas suas análise mais geral. Na parte inicial da tese este nos revela como a sua própria trajetória, enquanto policial militar em Sergipe, durante sete anos, afetou as interações com seus interlocutores, conseguindo se inserir de maneira mais natural em campo. Simultaneamente, ele despertava sentimentos de desconfiança por ser um ex-policial e dessa forma ser visto como um traidor. Souza também descreve a demora na obtenção de autorização para realizar a pesquisa de campo, a expectativa que tinham na PM para que ela se alinhasse com os valores da instituição e até mesmo um caso curioso, de uma investigação discreta que havia ocorrido no instituto em que estudava, afim de descobrirem se ele era de fato um estudante de doutorado da universidade. Apesar dessas descrições iniciais, as mesmas não voltam mais às páginas da tese.

O que sobressai até aqui, nas diversas autoras, autor, e suas obras, é a sua tentativa de politizar o gênero na polícia. É evidente o eixo comum que tenta evidenciar não apenas a lógica de dominação masculina na polícia militar mas também o poder subversivo conquistado por algumas mulheres, claramente em minoria e em ambientes onde estão em desvantagem. Todavia, não deixa de ser surpreendente como ao politizarem o objeto de estudo os autores despolitizam, inadvertidamente, a situação de pesquisa e o alcance que podem obter, como pesquisadores no seio de instituições criativamente opacas como são as polícias militares, e não apenas militares, no Brasil. Mais uma vez, fica de fora das conclusões a situação de interação concreta da pesquisa e a possibilidade (ou impossibilidade) de conhecimento que dela advém. Assim, as conclusões dos autores evitam refletir a fundo os problemas metodológicos e epistemológicos enfrentados neste tipo de pesquisas.

Cientes da importância e relevância desses trabalhos, tentámos aqui evidenciar com esta revisão bibliográfica as principais formas de abordagem e reflexões já levantadas em estudos sobre as mulheres policiais nas instituições da Polícia Militar. As pesquisas inovam em algumas questões, criando complementaridades e novas formas de pensar as corporações. Percebemos ainda as diferenças históricas que cada estado carrega para a inserção de mulheres no seu seio. Notamos que há entre as pesquisas uma consonância muito clara quanto à percepção de que a instituição, e alguns *gate-keepers* ou elites, incitam os seus integrantes, principalmente as mulheres, a operar numa lógica e *ethos* militar. Mas curiosamente não percebemos tão claramente como isso afeta a situação de pesquisa que faz autores e autoras chegarem a essa mesma conclusão. Como pode esta não passar pelos seus corpos, mentes e relações em campo?

Dessa forma, notamos que os limites das pesquisas se apresentam justamente no momento em que é necessário correlacionar a “empresa” do gênero, da instituição e do Estado por entre as relações estabelecidas em trabalho de campo. Sabemos pouco sobre os diálogos entre quem se atém aos quartéis e o que se passa intra-muros e quem todos os dias e simbolicamente por entre eles transita – os pesquisadores e as pesquisadoras. Tendo em vista o alcance das obras já realizadas sobre o tema, tentamos com a nossa pesquisa apontar nesse sentido: o da possibilidade ou da impossibilidade de pesquisa em meios policiais, militares e estatais. É importante ressaltar que essa perspectiva que assumimos se deve principalmente à experiência de tentar desenvolver a pesquisa em um momento, e conseqüente movimento, de abertura e de fechamento do campo (campo no sentido de trabalho e, no sentido mais bourdesiano, de campo de saberes e instituições). Este momento evidenciou um limite claro à possibilidade de explorações etnográficas dignas desse nome e, conseqüentemente, de escrita de ensaios dessa natureza. Entretanto, as dificuldades enfrentadas se tornaram terreno fértil para que a nossa pesquisa enveredasse por outras equações teórico-metodológicas, obrigando-nos a trazer para o debate sobre mulheres na polícia as práticas de Estado – como matriz de governo e como dimensão regional e administrativa.

## Dos limites da pesquisa às máscaras do Estado

Ao tentar compreender melhor as relações de gênero na PM fomos obrigadas a passar por um processo complexo de dificuldade da nossa presença continuada em campo-. Foi possível detectar, entre os *gate-keepers* (as chefias de comandos), uma extrema preocupação em preservar a imagem impoluta da instituição com o conseqüente erguer de obstáculos ao imprevisto da comunicação informal, própria dos estudos sociais. A realização da nossa

pesquisa foi permeada, do começo ao final, por tentativas de controle do acesso e troca de informação com as mulheres policiais. Jogando com o elemento surpresa, em vez de nos negarem o acesso a entrevistas, fomos antes envolvidas num constante movimento de abertura e de fechamento da possibilidade de trabalho de campo em um batalhão central do município. Este elemento tornou-se parte importante dos resultados da pesquisa.

As dificuldades em campo foram importantes em si mesmas, mas elas também abriram nossas reflexões para uma amplificação da noção do Estado que não estávamos inicialmente contemplando e problematizando, a qual chamamos de máscaras do Estado. Esse conceito tem origem em alguns autores, como Mitchell e Shore e Wright, que se interessaram em analisar e questionar formas como alguns estudiosos clássicos do Estado desenvolveram suas pesquisas. Os autores lançaram luz sobre como o Estado é percebido empiricamente. Os autores partem dessa grande dificuldade em definir o que é o Estado e até onde ele exerce sua influência, quais são seus órgãos, suas funções, quais são os aparatos que o constituem e como eles afetam diretamente a vida dos sujeitos. A impressão mais corriqueira é que o Estado é um elemento opaco e distante das realidades cotidianas e que se aplica apenas ao âmbito governamental.

The state is an object of analysis that appears to exist simultaneously as material force and as ideological construct. It seems both real and illusory. This paradox presents a particular problem in any attempt to build a theory of state. (MITCHELL, 1999, p.169)

Para Mitchell (1999) as máscaras do Estado são aquilo que denominamos de aparatos, os seus membros, os seus órgãos, a sua organização espacial, as suas instituições de segurança --a sua aparência que é dividida na maioria das vezes em sociedade, estado e economia. O Estado pode assumir uma conceituação abstrata ou concreta, ideal e material, subjetiva e objetiva (MITCHELL, p. 185). Tudo isso, segundo o autor, foi sendo construído socialmente ao longo da história para que fosse possível reconhecer e organizar nossas noções de Estado. Para compreender a trajetória desse conceito o autor descreve dois momentos bem distintos nos estudos sobre estado nos Estados Unidos, os quais Mitchell se debruça em seu artigo. Mitchell fala de um momento, na década de 50 e 60, em que os estudiosos americanos quiseram abandonar o conceito de estado e inserir a noção de sistema político em seu lugar, a fim de conseguir empiricamente limitar e restringir sua identificação. Queriam fugir de uma percepção abstrata, quase mítica, do conceito. Porém, como Mitchell nos mostra essa forma de percebê-lo não durou muito tempo. Na

década de 70 o conceito de Estado volta aos estudos políticos devido à necessidade de o inserir no cenário global. Acadêmicos da Europa, Oriente Médio e América do Sul centram-se numa perspectiva neomarxista do termo (MITCHELL, p. 173). Nessa altura o conceito encontrava-se amplamente difundido entre os cidadãos, assim como se encontrava presente nos debates políticos considerando as instituições como sinônimas de Estado.

In 1968, J. P. Nettl pointed out that although the concept was out of fashion in the social sciences, it retained a popular currency that “no amount of conceptual restructuring can dissolve” (1968: 559). The state, he wrote, is “essentially a sociocultural phenomenon” that occurs due to the “cultural disposition” among a population to recognize what he called the state’s “conceptual existence” (565–66). Notions of the state “become incorporated in the thinking and actions of individual citizens” (577), he argued, and the extent of this conceptual variable could be shown to respond to important empirical differences between societies, such as differences in legal structure or party system (579–92). (MITCHELL, 1999, p. 173)

Além disso, o termo Estado servia para os EUA afirmarem sua influência em países então definidos como terceiro mundo -- o que não teria sido possível utilizando outro tipo de conceito (MITCHELL, 1999, p. 172). Assim, desde a década de 70, embora muitos autores não estivessem preocupados com a definição dos contornos ou limites do conceito, houve um retorno a teorias centradas no Estado (*state-centered literature*). O Estado passou a ser explicado em antagonismo a outros termos, principalmente sociedade e economia (sendo a segunda mais recente). Entretanto, o autor deixa claro que muito se perdeu ao se entender o Estado a partir desses antagonismos, pois a linha que divide os termos é opaca e maleável. Para Mitchell o Estado e a sociedade não devem ser antagonizados, mas também não devem ser vistos como fenômenos vagos e complexos (MITCHELL, p. 176), mas sim como um conjunto. Dessa forma, para o autor o Estado não possui uma agência ou uma autonomia, como presumem os teóricos centrados no Estado; ele não deve ser visto como uma entidade nacional, a qual existe fora da sociedade e que comanda, num plano imaginário as instituições, órgãos e outras instâncias. Ele é parte da vida cotidiana.

Mitchell detalha sua análise quando trata do poder disciplinar do Estado, como este consegue aglutinar, regular e controlar diversos setores e não

entrar em colapso. Recorrendo às teses de Foucault, Mitchell defende que a autoridade do Estado é muitas vezes atribuída a uma pessoa ou a um coletivo, os quais são responsáveis por exercer o poder e a disciplina do Estado. O Estado também se concretiza em governos. Mas os governos por vezes excedem os limites do próprio Estado e geram entre si um relacionamento dual, caindo novamente no questionamento central do autor: o que diferencia o Estado de outras instâncias?

The relationship between methods of discipline and government and their stabilization in such forms as the state, I argue, lies in the fact that at the same time as power relations become internal, in Foucault's terms, and by the same methods, they now take on the specific appearance of external "structures." (MITCHELL, 1999, p. 179)

O autor nos propõe que vejamos o Estado como um *efeito* estrutural, não como a estrutura em si. Este é uma metáfora de efeitos e práticas que fazem tais estruturas parecerem que existem, incluindo aí todas as instituições como exército, escolas, etc. Para clarificar, Mitchell diz que esta ideia de Estado é como as fronteiras nos países, as quais existem para fazer arranjos e manter a nação, ou como as leis que existem para manter uma ordem social. Elas são imaginadas em seu efeito estrutural. O Estado existe como arranjo estrutural para dar sentido às instituições existentes, ou para explicar o governo, as relações de poder e disciplina, bem como conceitos que tentam explicá-lo e defini-lo como externo a algo, em particular à sociedade e, mais recentemente, à própria economia. Em suma, o que o autor tenta nos mostrar é a necessidade de compreender o Estado como um limiar entre um conceito que se define (quase exclusivamente) ao ser colocado em relação antagônica com outros, adquirindo um estatuto abstrato. De acordo com Mitchell, podemos dizer que o Estado revela-se e se esconde, precisamente porque mais do que ser adivinhado e conhecido, o intuito é que este se imponha – como disciplina ou governo.

Mitchell desafia-nos a conceber o Estado de uma maneira nem rígida e nem completamente fluída. Trata-se de uma mistura de *processos mundanos*, como o autor diz, não se preocupando em procurar seus limites ou definições, mas tentando percebê-lo como um conjunto integrado em diversos setores.

A construct such as the state occurs not merely as a subjective belief, but as a representation reproduced in visible everyday forms, such as the language of legal practice, the architecture of public buildings, the

wearing of military uniforms, or the marking and policing of frontiers. The ideological forms of the state are an empirical phenomenon, as solid and discernible as a legal structure or a party system. Or rather, as I contend here, the distinction made between a conceptual realm and an empirical one needs to be placed in question if one is to understand the nature of a phenomenon such as the state. (MITCHELL, p. 173).

Segundo Shore e Wright (1997), focando na análise política governamental, a abstração do Estado na vida cotidiana é uma consequência da forma como a informação é organizada e como ela chega à sociedade. Aliada a essa característica surge a escassez de ferramentas que os indivíduos possuem para participar na vida pública (SHORE E WRIGHT, p.3).

An instrumentalist view of government conceptualizes policy as a tool to regulate a population from the top down, through rewards and sanctions. According to this conception, policy is an intrinsically technical, rational, action-oriented instrument that decision makers use to solve problems and affect change (SHORE; WRIGHT p.5).

Seguindo a linha de reflexão dos autores, percebemos em nosso trabalho e de campo como o Estado gesta suas máscaras não para se esconder, mas para se *simular* e dessa forma conseguir penetrar profundamente em outros setores da sociedade sem que seja percebido - confundindo e dissimulando sua presença.

Acreditamos que a nossa abordagem traz elementos novos para pensar as máscaras do Estado quando os envolvidos desejam evitar que determinados temas – como as mulheres na polícia – recebam a luz da pesquisa, a presença continuada das pesquisadoras. Como se sugerir sem se dar a conhecer?

É desse aspecto que vamos tratar em seguida. Para ilustrar de forma mais clara a nossa trajetória de campo apresentamos em baixo o cronograma dos avanços e recuos nas autorizações por parte das autoridades da Polícia Militar. A este chamamos “diário de bordo” da pesquisa. É assim possível ao leitor compreender o conjunto de pressões colocadas à situação de pesquisa. Sem nunca negar o acesso, a dificuldade da pesquisa fez parte das relações cotidianas. O jogo realizado com a paciência das pesquisadoras pode ter paralelos com jogos de paciência ativados no seio das próprias polícias militares. Aliado a um elemento estrutural de relações de poder, o que nos foi sugerido (não necessariamente comprovado via observação) é como este

tipo de pressões configura relações entre homens e mulheres na polícia. No correr do tempo, policiais com menos voz e menos poder – em geral mais as mulheres do que os homens (como demonstra a bibliografia) – são mais afetados por estas pressões.

DIÁRIO DE BORDO	
26/08/2015	24 e-mails foram enviados para diversas autoridades e gabinetes da Polícia Militar do município e encontrado no site da instituição.
27/08/2015	Resposta de um oficial do Batalhão 2.
28/08/2015	Resposta do Batalhão Central; Resposta Batalhão 1.
31/08/2015	Resposta Batalhão 1.
03/09/2015	Resposta de um oficial do Batalhão 1.
01/09/2015	Resposta para reunião Batalhão 1.
09/09/2015	Resposta para reunião Batalhão 2.
15/09/2015	Resposta com o Batalhão 1.
16/09/2015	Resposta com o Batalhão 2.
17/09/2015	Coronel convoca para a reunião no Batalhão.
21/09/2015	Reunião com o comandante do batalhão Central.
21/09/2015	1ª tentativa de comunicar com o oficial de São Paulo.
22/09/2015	2ª tentativa de comunicar com o oficial de São Paulo.
23/09/2015	3ª tentativa de comunicar com o oficial de São Paulo.
23/09/2015	Ligação telefônica para Batalhão 1.
24/09/2015	Consigo me comunicar com o oficial de São Paulo.
25/09/2015	Envio os documentos requeridos pelo oficial de São Paulo.
30/09/2015	1ª tentativa de comunicação após o envio dos documentos requisitados pelo oficial de São Paulo.
02/10/2015	2ª tentativa de comunicação após o envio dos documentos requisitados pelo oficial de São Paulo.
02/10/2015	2ª tentativa de comunicação após o envio dos documentos requisitados pelo oficial de São Paulo.
05/10/2015	Ligação telefônica para Batalhão 1 para tentar dar procedimento ao campo

26/08/2015	3ª tentativa de comunicação após o envio dos documentos requisitados pelo oficial de São Paulo.
07/10/2015	Conseguimos nos comunicar oficial de São Paulo e ele confirma que nosso projeto foi aceito e devia aguardar contato do Batalhão Central.
02/12/2015	Contato do policial de ligação afirmando que nosso projeto foi aceito e que poderíamos dar início.
11/12/2015	Reunião com oficiais e minha orientadora no Batalhão.
18/01/2015	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação- Marcamos a primeira reunião para o dia 26/01 e ele pede para que nos enviemos os documentos referente à pesquisa.
21/01/2015	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Anuncia o não recebimento do material de pesquisa.
22/01/2015	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Enviamos novamente os documentos pedidos através do e-mail e por link do Dropbox.
25/01/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Envio mensagem confirmando nossa presença na próxima reunião.
26/01/2016	Reunião com Policial de Ligação.
02/02/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Ele nos envia uma mensagem pedindo nosso posicionamento acerca da reunião passada.
11/02/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Enviamos para ele o novo roteiro de entrevistas.
12/02/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Anuncia o não recebimento do meu e-mail.
15/02/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem pedindo a confirmação do recebimento do e-mail enviado, agora a partir de outro endereço eletrônico.
24/02/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem pedindo posicionamento do Policial de ligação sobre minha pesquisa.
04/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos novamente mensagem pedindo posicionamento do Policial de ligação sobre minha pesquisa.
16/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos novamente mensagem cobrando posicionamento do Policial de ligação sobre minha pesquisa.

18/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Policial de Ligação manda mensagem alegando ter nos ligado e pede para que voltemos suas ligações na segunda-feira.
21/03/2016	Ligação telefônica para Policial de Ligação para combinarmos a pesquisa.
24/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Policial de Ligação pede especificações das entrevistas, duração, quantidade, etc.
28/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem para que haja algum posicionamento dos dias que poderei realizar as entrevistas.
31/03/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Policial de Ligação me manda uma mensagem perguntando se posso comparecer semana que vem.
04/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Policial de Ligação pede que estejamos Batalhão central às 14h30.
04/04/2016	Entrevista 1.
07/04/2016	- Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem confirmando as pesquisas do dia seguinte.
08/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem confirmando nossa presença.
08/04/2016	Entrevista 2.
11/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem confirmando nossa presença.
11/04/2016	Entrevista 3.
12/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem pedindo que ele nos diga o dia que possamos realizar as próximas entrevistas.
13/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem pedindo que ele me diga o próximo dia das entrevistas.
15/04/2016	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem confirmando as pesquisas no horário combinado.
15/04/2016	Entrevista 4.
	Contato via Whatsapp com Policial de Ligação - Mandamos mensagem confirmando as pesquisas no horário combinado, mas desmarcamos para o dia seguinte.
20/04/2016	Entrevista 4.

Fonte: Autoria própria.

As dificuldades tiveram lugar logo no início da pesquisa, após o envio de e-mails para os batalhões do município em agosto de 2015. Definimos nossos interlocutores a partir do próprio site da Polícia Militar, seguindo regras de conduta formal ética, sem contornos pessoais para desenvolver a pesquisa. A partir deles recebemos algumas respostas já agendando as primeiras reuniões no batalhão. O intuito era nos conhecerem e perceberem o fim da nossa pesquisa. Como o leitor pode constatar no quadro acima, as duas primeiras reuniões foram realizadas em lugares distintos. A primeira, ocorrida no Batalhão 1, responsável por atender a região periférica do município, nos apresentou na primeira reunião um posicionamento favorável à realização da pesquisa. Foi apenas pedido que enviássemos alguns documentos por e-mail. No dia seguinte, o mesmo procedimento foi tomado no Batalhão 2, nos convidando para participar de algumas festividades e eventos que iriam ocorrer ali e que eram abertos ao público, mas ressaltaram que nos mandariam um e-mail confirmando as datas. Nunca recebemos o e-mail. É importante ressaltar que todos os documentos requeridos, bem como o roteiro de entrevista e até mesmo o projeto submetido ao PIBIC/CNPq foram enviados por nós. Após o envio, longos períodos de silêncio.

O silêncio que se apresentou depois dessas reuniões, as quais a princípio pareciam promissoras, não combinavam com a experiência algo promissora dos primeiro encontros. O motivo, descobriríamos mais tarde, em uma reunião no Batalhão central do município, que inclusive viria a ser onde realizaríamos nossas entrevistas. O comandante deste batalhão informou-nos que decidiram concentrar ali todos os nossos e-mails (aqueles enviados no início da pesquisa), bem como a documentação que havíamos enviado. Essa reunião foi realizada no dia 21 de setembro de 2015. Após dar essa explicação, o comandante explicou que o pedido iria ser submetido a avaliação superior. Dessa forma, ele nos instruiu para encaminhar aquela documentação para um oficial no Comando da Polícia Militar de São Paulo que já aguardava nosso contato, o qual iria enviar meu projeto para a Diretoria de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar que o submeteria ao Conselho de Ética da Polícia Militar -- o que acabaria levando três meses para que obtivéssemos uma resposta positiva.

Nesse momento vemos a primeira movimentação de abertura e fechamento de campo, num primeiro momento somos acolhidas e recebidas com interesse pela pesquisa, com respaldos positivos sobre sua possibilidade de efetuação. Mas enfrentamos um segundo momento onde nossa tentativa de comunicação com o oficial do Comando de São Paulo, quanto com o primeiro Batalhão, que havia me dito que poderia dar início às pesquisas não são atendidas. Ou são contornadas sob o aviso de que ainda não tinham respostas ou que o responsável pela nossa pesquisa não estava presente ou não poderia nos atender.

Um segundo episódio foi crucial para nossa compreensão das tramas que englobavam nosso campo. As máscaras não eram apenas burocráticas, nessas teias complexas que insistem em não se fazer entender. Essas já as esperávamos, por assim dizer.

A notícia de que nossa pesquisa havia sido permitida pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar de São Paulo nos foi dada através de um telefonema animado de um oficial que se denominou a nossa “ponte” com a Polícia Militar. Dito de outro modo, pelos mesmos, ele seria o nosso “oficial de ligação”. Ao recebermos esse comunicado fomos convocadas também para uma reunião no Batalhão central do município para que pudéssemos, enfim, dar início ao trabalho de campo.

No dia 11 de dezembro de 2015 nos dirigimos então para o Batalhão central. Lá fomos recebidas por nosso policial de ligação e nos reunimos com outros oficiais e o comandante, a fim de explicarmos nossa pesquisa e para que nos mostrassem os documentos que comunicavam o aceite dela pela instituição. Foi nessa reunião que nos deparamos com uma questão peculiar, mas que foi peça central para nossas reflexões posteriores sobre as limitações e dificuldades das abordagens etnográficas no seio das polícias militares. Nesse dia a bibliografia extrapolaria o âmbito da literatura e se tornaria assunto em campo. Sem filtros, dois oficiais exibiram nos ecrãs de seus celulares o exemplo de um trabalho que os desgostava – referiam-se à tese de Souza (2014). Devido à sua repercussão em um jornal da UNICAMP<sup>3</sup>, publicação que acabava de sair, e por se tratar de um estudo com um escopo muito próximo ao nosso, sentimos uma enorme tensão e pressão nesta reunião. O comandante deixou claro, apontando para a matéria na tela do celular e sublinhava insistentemente que a instituição era aberta, mas que não podia tolerar este tipo de resultado. Acusavam a pesquisa de incorreta. Estavam, e diziam isso alto e bom som, preocupados com a imagem da Polícia Militar que estas deturpações da realidade publicavam. O assunto publicado num jornal com o título acusatório: “Mulher é relegada a papel secundário na PM, aponta tese”, mesmo que acadêmico, era muito mais vivo do que a tese em si, que não chegou a ser assunto de discussão.

Essa preocupação dos chefes com a maculada imagem da PM – como instituição que trata com igualdade e respeito todas as mulheres -- permeou toda a nossa pesquisa. Percebemos isso ao rever nossos cadernos de campo e as entrevistas que realizamos onde o movimento de abertura e fechamento vinha acompanhado de subjetividades ambíguas. Em certo momento fomos vistas com prestígio, consideradas representantes da UNICAMP, atribuindo relevância e importância à nossa pesquisa. Como nos disse o oficial de ligação

3 Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/645/mulher-e-relegada-papel-secundario-na-pm-aponta-tese>. Acesso: 29 de dezembro de 2016.

“é importante que a academia comece a se interessar pelas polícias”. Mas cedo nos apercebemos que o Instituto de Filosofia de Ciências Humanas (IFCH) não era bem visto dentro da instituição. A certa altura um dos oficiais lembrou: “Sabemos como “lá” vocês vêem a polícia; sabemos que não nos querem no campus”. Nós seríamos as transmissoras de uma verdade institucional – a PM era democrática porque se abria à pesquisa, e com tantas razões para não o fazer.

Entretanto, nem mesmo essa posição de abertura desconfiada se mantinha firme. Parecia reinar uma hesitação e um desejo de simplesmente vedar o acesso às entrevistas. Em vários momentos observamos um fechamento da instituição pelos mesmos motivos, considerando que a pesquisa em ciências sociais era uma potencial danificadora da imagem da instituição. Portanto, para que serviria? Para que serviria mais uma pesquisa se fosse como a de Souza? A saída encontrada pelas chefias foi algo intermédia, talvez mesmo inesperada: foi estabelecida máxima vigilância e controle sobre a condução da nossa pesquisa.

Viríamos a perceber mais tarde que todos os obstáculos encontrados eram já parte de um plano para vigiar e cercear ao máximo as nossas liberdades em campo. Pudemos adivinhar os debates em torno dessa necessidade que se impunha às próprias chefias como uma novidade. Isso é detectável ao analisar a descrição feita, no diário de bordo, dos diversos estágios por que tivemos que passar para que algumas entrevistas, totalmente controladas, fossem concedidas e posteriormente realizadas.

Após essa reunião, o reencontro aconteceu apenas no dia 26 de janeiro de 2016, a pedido do próprio oficial de ligação. Reunimos com ele para que ele tomasse conhecimento do roteiro de entrevistas que desejávamos realizar junto dos e das policiais. Nesse dia, uma situação peculiar teve lugar. Após uma série de perguntas de teor pessoal, alegando o interesse em nos conhecer melhor o próprio oficial vocalizou, em voz alta, de modo algo teatral, as perguntas de nosso roteiro para que, dizia ele compreendesse cada uma delas e segundo ele soubesse o foco de nossa pesquisa. Assim se iniciou um processo crescente de tensão com uma espécie de interrogatório que nos obrigava a justificar cada uma das entrevistas. O oficial abriu no computador o arquivo com o roteiro de entrevistas e outro em que ia escrevendo cada justificação dada e assim foi esmiuçando as perguntas. A cada justificação ele não parecia satisfeito, fazendo mais e mais perguntas. Parecia procurar uma intenção oculta em nós, o que nos deixava não só intimidades como muito desconfortáveis com toda a situação. Este processo inquisitorial insinuava, sem nunca o explicitar, que estávamos tentando conduzir uma pesquisa para

captar dados e utilizá-los de modo a prejudicar a polícia. A nossa tentativa de defesa da validade e relevância das perguntas e de toda a pesquisa parecia não ter o mínimo eco. Entretanto, o resultado foi negativo. A cena terminou com o oficial de ligação afirmando que não poderíamos realizar aquelas perguntas, pois elas se afastavam muito do foco original do projeto enviado para a Diretoria de Ensino da Polícia Militar de São Paulo. Frente a isso, voltamos de novo à estaca zero: voltamos com um roteiro para casa com o dever de o rever na íntegra, ou não passaria. Nesta altura, não fosse a curiosidade antropológica, teria sido um bom momento para desistir de insistir.

Fomos então modificar e reduzir o recorte do roteiro inicial. Mas não era só. Após as alterações exigidas, novamente sujeitas a escrutínio do acutilante oficial, enfrentamos um novo período de espera, cerca de dois meses, com idas e vindas de e-mails, até conseguir um posicionamento do oficial para que pudéssemos realizar as entrevistas. Recebemos uma afirmativa apenas após muita insistência, como podemos ver no quadro acima, já no dia 31 de março de 2016.

A vigilância e expectativa criada sobre nossa pesquisa não é aleatória. Olhando para este período *a posteriori* verificamos um interessante *timing* entre as movimentações de fechamento da PM à nossa pesquisa e o contexto da economia política conturbada na época, no qual os confrontos com a Polícia Militar estavam ganhando grande repercussão, principalmente em São Paulo. Tendo em vista o diário de bordo, notamos que os momentos de maior silêncio da instituição coincidem com eventos e notícias colocavam a Polícia Militar sob holofotes. No mês de outubro de 2015, por exemplo, ocorreu uma chacina na grande São Paulo, um acerto de contas após a morte de um policial militar, gerando debates sobre a Polícia Militar e uso da letalidade como forma de punição<sup>4</sup>. Nesse mesmo mês, mesmo após a notificação de aceite dada pelo oficial de São Paulo no dia 7 de outubro de 2015<sup>5</sup>, ocorre a notificação do sigilo das informações sobre a PM, durante 15 anos, pela gestão do governador do estado, Geraldo Alckmin. A ação houvera sido tomada em 2013, mas foi trazida à tona apenas nesse ano. A decisão impede que sejam requeridos pelo público documentos que contenham informações sobre a instituição, como dados sobre materiais da PM (munição, coletes, etc), bem como sobre a administração, o setor financeiro, o plano logístico e operacional da corporação. Além disso, foi decretado também sigilo, mas por cinco anos, no acesso a outro tipo de informações como o contingente policial, os processos administrativos internos (admissão, expulsão e transferência de profissionais) entre outros.

Este foi seguramente um episódio relevante e que afetou diretamente a nossa pesquisa. Por que abrir para a pesquisa numa época em que o governo decreta sigilo? Nesse mesmo mês de outubro o governador toma outra medida

4 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/chacina-na-grande-sp-ocorreu-por-causa-de-vinganca-confirma-policia.html>. Acesso: 29 de dezembro de 2016.

5 Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/pm-decreta-sigilo-de-informacoes-da-corporacao-por-ate-15-anos.html>. Acesso: 29 de dezembro de 2016;

impopular ao revelar o seu plano de reorganização de todo o mapa de escolas do Estado, e que culminaria nos meses seguintes num imenso movimento de ocupação de escolas públicas por secundaristas. As ocupações, muito combatidas pela PM, perdurariam durante toda a nossa pesquisa, inclusive no mesmo município onde a pesquisa estava a ser conduzida, onde se observava forte repressão e confronto entre os policiais e os jovens<sup>6</sup>.

Para culminar, já no período de realização das entrevistas, entre março e abril de 2016, iniciaram-se as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff que levariam a seu impeachment meses depois. Isto gerava não só tensão e ansiedade dentro da Polícia Militar como uma clara adesão por parte das chefias<sup>7</sup>. Num dos dias em que estávamos no batalhão, a 15 de abril, prontas para a realização das entrevistas, vivenciava-se uma grande movimentação e agitação dentro do Batalhão central. O oficial de ligação justificou dizendo que estavam a ser realizados os preparativos para as manifestações a favor e contra o governo, que iriam ocorrer no seguinte domingo, dia 17 de abril<sup>8</sup>.

Dessa forma, notamos que as limitações e dificuldades encontradas durante a pesquisa se fazem penetrar do ambiente político mais amplo do Estado. Além dos acidentes burocraticamente engendrados, a nossa pesquisa demonstrou como em épocas de fechamento do Estado, as polícias são as primeiras a tornar o acesso a elas praticamente impossível. Uma pesquisa sobre mulheres na polícia, neste caso, teve que englobar uma reflexão do momento político, da ideia de Estado, da noção de pesquisa científica como pesquisa nociva e denunciadora e as várias dinâmicas em campo envolvendo uma condição vigiada de pesquisa.

Por que essa vigilância se faz operar em face de um tema como “as mulheres na polícia”? Porventura mais do que a força ou a letalidade, as máscaras do Estado em São Paulo parecem se erguer para defender um bem que não pode ser abertamente enunciado: uma masculinidade persuasiva. Chegamos a esta conclusão após analisar os nossos cadernos de campo, as entrevistas e o próprio panorama no qual essa pesquisa estava inserida, notando assim a preocupação que a instituição tem com uma imagem de neutralidade moderna, a qual esconde o seu vórtice: a masculinidade. Para ilustrarmos melhor essas reflexões, utilizamos Brasil e Lopes (2008), os quais evidenciam uma relação entre masculinidade, segurança pública e Estado. Os autores se pautam na pesquisa que realizaram em uma delegacia de polícia civil no Ceará com mulheres policiais (delegadas, escritãs, etc). Neste artigo notamos que para os policiais civis a visão que demonstraram é muito parecida com a que constatamos em nossa pesquisa, com os policiais militares. Ambos reclamam e criticam o descaso dos governantes com a agenda da segurança

6 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1739915-gestao-alckmin-poe-sigilo-de-50-anos-em-registro-policia.shtml>. Acesso: 29 de dezembro de 2016.

7 Disponível em: [http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/alunos-ocupam-escola-em-sao-paulo-contrafechamento-de-unidades.html?keepThis=true&TB\\_iframe=true&height=750&width=850&caption=G1+%26gt%3B+Educacao%20C3%A7%C3%A3o](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/alunos-ocupam-escola-em-sao-paulo-contrafechamento-de-unidades.html?keepThis=true&TB_iframe=true&height=750&width=850&caption=G1+%26gt%3B+Educacao%20C3%A7%C3%A3o). Acesso: 29 de dezembro de 2016.

8 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso: 29 de dezembro de 2016.

pública, mas também elogiam as tentativas dos gestores públicos para solucionar a problemática desse campo. Outro ponto no qual percebemos uma convergência de resultados entre as pesquisas acerca dos casos onde tanto os policiais como as policiais reconhecem, sem hesitação, que verdadeiro trabalho policial equivale a realizar detenções.

- Então, eu tava falando da comunidade né... Então, eu conseguia fazer trabalhos até sociais com ONGs, eu mobilizava estudantes da comunidade [...] Tinha os CONSEGS que a gente conseguia fazer trabalho, as vezes uma entidade precisava fazer um trabalho, a gente mobilizava, então era bacana... Eu fiz bastante trabalho nesse sentido. Daí você me pergunta, “mas po e trabalho como polícia o que você fez?” Fiz bastante coisa também, muita quadrilha presa [...] – PM A 04/04/2016

As máscaras do Estado aproximam-se das fachadas de Goffman (1985), vistas como performances que os sujeitos desempenhariam através da “aparência” e das *fachadas pessoais* descritas pelo autor. A primeira significa o status social e o estado em que o indivíduo desempenha determina função, a segunda denota a ação ou a forma como o ator irá realizar sua fachada. Para Goffman, as fachadas seriam as ações de sujeitos - ou atores como ele chama - durante sua representação em determinado *cenário social*. Esse *cenário* também é um conceito do autor que retrata onde se desenrola a representação, não exatamente um local, mas o ambiente.

Tendo em vista essa teoria de Goffman, é possível realizar um breve exercício comparativo entre esta e a noção de máscara do Estado em Mitchell. Percebemos que a preocupação teórica de Goffman está centrada nos indivíduos ou em grupos de sujeitos que desempenham papéis sociais variados, assumindo uma fachada, que pode ser percebida pela linguagem, pelo vestuário, pela expressão corporal que assumem e, sobretudo, pelos diferentes comportamentos que têm quando em interação em determinadas situações e contextos. Já Mitchell está centrado em uma análise histórica e antropológica do conceito do Estado, como observamos anteriormente, não se referindo aos comportamentos interpessoais em interação. Colocando ambas as perspectivas teóricas em diálogo, recusamos mais um dos antagonismos, a acrescentar aos expressos por Mitchell, entre Estado e indivíduos, no caso o Estado e os policiais. Em suma, as fachadas seriam os posicionamentos assumidos pelos policiais como pilar das mais amplas, abstratas e concretas, máscaras do Estado.

No caso, percebemos, através das entrevistas, que a Polícia Militar constitui sua fachada (GOFFMAN, 1985) através da imagem que constrói sobre seus policiais. Mas se esta é erigida na masculinidade, esta é uma masculinidade que se esconde por isso se máscara, que insiste em não se revelar àqueles que não a vivenciam abertamente. O que é talvez mais importante destacar é que socialmente, pelo menos no Estado de São Paulo, há uma licença para que essa não revelação – a masculinidade institucional e tudo o que ela acarreta -- se perpetue. Nesse sentido, as pesquisas de índole sociológica sobre polícias são encaradas como ambições frívolas e insignificantes perto da responsabilidade de manter às costas um Estado. Em momento algum se coloca em pauta o dever e a responsabilidade de abertura e transparência pública face à pesquisa. A discussão não passa por aí, mas sim pela concessão de uma autorização plenamente controlada do olhar externo.

E sob essa lente fomos conhecendo as afirmações de homens e mulheres preocupados em “encaixar” em algo que eles mesmos vão entendendo revelar-se e que de algum modo os conota, mesmo quando o recusam, à masculinidade. Segundo Brasil e Lopes (2005), a polícia baseia-se em “ideias de força física, repressão e uso da violência como recurso para resolução de conflitos: uma alusão às disposições e habilidades tradicionalmente imputadas ao masculino e que justificam o machismo e as desigualdades de gênero em nossa sociedade” (BRASIL E LOPES, 2005, p. 143). As mulheres têm que se reconceptualizar a partir de uma masculinidade que até então desconheciam, mas que de algum modo irão incorporar. Podemos perceber isso quando as policiais mostram o espanto de amigos, familiares ou civis quando elas revelam suas profissões, criando uma quebra de expectativa entre a aparência ou a personalidade e o fato de serem policiais.

- [...] e você fala que é policial, aí “Nossa, você é policial... que legal né, não parece e tal”; e aí você vê que na parte da mulher tem uma admiração. –PM K 15/04/2016

- [...] por que eu sou muito comunicativa, eu gosto de conversar e as vezes eu to conversando bastante e aí a pessoa “ - qual sua profissão?”, “-eu sou policial”, “-nossa, não acredito, você é tão delicada!”, mas policial pode ser tudo isso também. – PM A 04/04/2016

Inclusive uma policial revelou seu espanto ao contar sobre como aquele que viria a ser seu futuro marido reagiu após tomar ciência de que ela era policial, não esperando que fosse ser bem aceita devido a sua profissão, mas sim que ele fosse desistir do relacionamento.

- Ele reagiu muito bem, até eu fiquei surpresa, por que minha amiga falou pra ele que eu era policial. Pensei que ele fosse se afastar ou alguma coisa assim, mas ele reagiu muito bem [...] – PM H 08/04/2016.

Assim como as mulheres policiais assumem estratégias e táticas para se inserirem em ambientes falocráticos dinâmicos, também nós, como pesquisadoras, decidimos aceitar as limitações e passar pela situação de uma espécie de trabalho de campo vigiado. Pensávamos poder desse modo, entender um pouco mais a fundo o que significam tais ambientes institucionais marcadamente masculinos. Mas a nossa constatação maior é que ao se vedar o livre acesso à comunicação, abordagens de tipo etnográfico se revelam praticamente impossíveis, vindo ser encolhidas as evidências e a possibilidade de teorizar. Este é assim um texto com afirmações incompletas e um saber reduzido. Este é um texto sobre as tímidas possibilidades do fracasso – uma pesquisa sem futuro traduzindo em boa medida a distopia da polícia no Estado de São Paulo. O projeto político como o institucional da polícia parece ser o silêncio, a anulação da circulação da informação e, portanto, da produção de conhecimento e troca.

Por fim, se Brasil e Lopes acreditam que apenas o aumento do número de mulheres nas forças policiais vai possibilitar mudanças substanciais, nós tendemos a considerar algo diferente. Enquanto a dimensão de obrigação e responsabilidade perante a democracia, do Estado e das polícias, não se fizer ecoar em São Paulo, dificilmente a representação feminina constituirá um eixo norteador na mudança das concepções de gênero nas instituições. Acreditar na representação sociológica tem os seus limites – e os limites são dados pelas máscaras de um Estado, um estado todo que se performatiza frequentemente pela força masculina, sigilosa e dinamicamente opaca.

## Conclusão

Este trabalho, embora partindo de uma abordagem sobre gênero na polícia, foi desde o primeiro momento atravessado por tentativas dos comandos em neutralizar o pensamento crítico das pesquisadoras. Consideramos que mais do que uma reflexão metodológica, tais tentativas ajudam a teorizar o Estado e o “potencial de gênero” no Estado. É possível ilustrar esta ideia através do texto *Antigone's Claim* de Judith Butler (2000). Resumidamente, a autora analisa a personagem Antígona de Sófocles e sua dupla insubmissão, frente ao Estado e ao parentesco, sendo o último o sustentáculo do primeiro. Antígona, uma mulher, corrompe a lógica vigente quando vai contra o mando de seu tio ao recusar enterrar Polyneices, seu irmão. Ao desafiar as relações de

parentesco existentes ela se coloca contra o Estado. A partir do seu discurso e ação se elabora um quadro subversivo onde uma performance atribuída a homens é executada por uma mulher contra um Estado patriarcal. Este evento é uma poderosa metáfora do potencial disruptor do gênero frente ao Estado.

No caso, a presença de uma professora e uma aluna de ciências sociais num batalhão da PM é hoje vista de dentro e no estado paulista como um potencial disruptor, um emanador de diferenças que se visam, se não censurar pelo menos neutralizar. Assim, a própria presença das pesquisadoras foi vista como corpos a neutralizar em presença, não por ausência. Em suma, foi-nos permitida a condução de uma pesquisa que ao ser meticulosamente controlada evidenciou os marcados limites da sua possibilidade.

Em vez de alegar o risco e confidencialidade profissional para negar o acesso, que é um dos métodos mais usados para inviabilizar pesquisas qualitativas nas instituições policiais e outras do estado, as chefias resolveram complexificar a questão, criando um movimento labiríntico de aceitação e recusa da pesquisa. O movimento fica particularmente expresso nos entraves, avanços e recuos, colocados ao trabalho de campo, à impossibilitação da observação e ao monitoramento “em nome da neutralidade” (que afinal significava o neutralizar) das entrevistas. Tendo o comando noção de que a mera recusa do pedido à presença das pesquisadoras no batalhão viria macular a própria imagem de abertura democrática da polícia, a negociação de seu acesso complexificou-se.

A pesquisa de campo que visava simplesmente compreender melhor as mulheres na PM foi uma verdadeira prova à nossa persistência. Fixar a análise nas dificuldades táticas do campo pode ser heurísticamente necessário, mas corre o perigo de revelar-se teoricamente limitado. A experiência de campo convida a ir mais longe e a questionar a dinâmica de produção de um estado democrático através de diversas censuras que se revestem de outros nomes técnicos -- como ética, um dos principais, entre outros -- que simulam essa mesma censura. A abertura à pesquisa é uma exceção nas instituições policiais, não a regra. Por isso ela se concebe e se mantém como uma prática incomum. Para a PM o nosso pedido traduz uma situação inusitada, uma ousadia, e desencadeia, como vemos no texto, um arranjo performático destinado a dificultar a pesquisa.

O resultado desta breve experiência de campo permitiu-nos sublinhar, de modo empírico, a ideia de que o Estado de São Paulo, e os estados que resistem sistematicamente à prática da pesquisa, agem e se protegem por intermédio de várias camadas de máscaras. Com isso os estados podem *se sugerir sem*

*se deixarem adivinhar ou conhecer.* A diferença entre a análise política e a antropológica em relação às opacidades do estado deve ser salientada: na primeira, o estado é por natureza opaco; na segunda, a opacidade é uma dinâmica mutável e encenada que gera determinadas relações sociais e de saber. De um ponto de vista antropológico a complexificação das opacidades produzidas, que são elas mesmas performaticamente ordenadas, mostra faces de um estado que se mostra mantendo simultaneamente intactas diversas não-revelações: como a sua masculinidade. Ou seja, o estado é uma entidade que recusa ser descoberta por pesquisadores, e mais ainda por pesquisadoras (deformadas pelas ciências sociais), e por isso mesmo mantém para si regiões de soberania relacionadas com a sua própria invisibilização e a tentativa de mascarar a soberba masculinidade. Deste ponto de vista, a convivência entre a afirmação positiva e negativa das mulheres na polícia é a dupla face da mesma moeda – sempre, em alguma medida, corpos disruptores.

O que foi exposto evidencia a necessidade de alargamento teórico e conceitual em relação às sociologias e antropologias do Estado, das polícias e do policiamento que escrevemos. Os mecanismos metodológicos em uso e os resultados práticos e teóricos das nossas abordagens devem ser integrados nas reflexões sobre gênero na polícia. Pensar as nossas interações em campo como *corpos políticos desestabilizadores* -- acadêmicos, “esquerdizantes” e femininos ou masculinos -- é tão importante quanto denunciar as desigualdades de gênero que persistem em instituições policiais militares e na sociedade brasileira em geral. Concluimos reforçando a ideia de que, futuramente, será necessário dar mais atenção e densificar com dados empíricos a produtiva noção de máscaras do Estado. Estas máscaras são fundamentais na produção de agentes do estado. As formas e imaginários sociais e de gênero que irrompem na Polícia Militar são reflexo das próprias dinâmicas de Estado e daqueles que o constituem politicamente.

Evidenciar, como faz a literatura, o desajuste estrutural das polícias militares à pluralidade social (resistindo à verdadeira integração de mulheres no seu seio) é fundamental. A evidência da desigualdade entre homens e mulheres é central nestas instituições, mas ela é produto de ações políticas muito diversas às quais os pesquisadores têm um acesso muito restrito. Tudo leva a crer que a perspectiva sociocentrada é ela mesma limitada. A extrema relutância do Estado e do Estado em São Paulo em se abrir à pesquisa é reveladora de certo desajuste, também estrutural, que as próprias instituições acadêmicas podem reproduzir. Um bom exemplo são os comitês de ética. As novas exigências de comitês de ética cegos, que não contemplam de modo qualificado a dimensão contextual e histórica de instituições do Estado como as polícias, entre outras, demonstram um imenso desajuste

entre regulamentações, a pertinência e a sua aplicação na prática. Elas podem ajudar a essencializar essas desestabilizações em campo que são, afinal de contas, a base do pensamento crítico produtivo das humanidades. Elas podem estar a contribuir, mesmo que não intencionalmente, para a mera substituição da noção de sigilo por ética, revigorando a reprodução de performances de sugestão de instituições que não se revelam senão através das suas opacidades. Dito de outro modo, através das máscaras que o Estado tão bem sabe manejar, as suas instituições e funcionários em vez de serem colocadas em situação de terem de se revelar, como bens públicos que são, promovem uma opacidade criativa e “eticamente” suportada, como vimos neste texto. Nestes termos, a própria dimensão ética, na prática um impedimento “legítimo” cego imposto à pesquisa, que corre lado a lado de impedimentos performáticos das instituições, pode negar o que de melhor há em princípios deontológicos profissionais fundamentados pela história.

Este estudo contribui, modestamente, para a compreensão de dinâmicas labirínticas de abertura e de fechamento nas polícias militares, reclamando para as universidades públicas um papel institucional mais ativo que possa vir a quebrar pactos de sigilo e opacidades do Estado. É possível que a Polícia Militar autorize a presença temporária de pesquisadores e de pesquisadoras no seu seio, nos batalhões. Mas a mesma instituição mantém a impossibilidade de acesso externo a práticas e realidades dinâmicas – o fluxo da comunicação e interação livre entre pessoas -- mantendo assim, de modo mais sofisticado, o seu desconhecimento opaco. A isto chamamos censura ou trabalho político velado? Por fim, é impossível escapar à derradeira pergunta: Será viável pesquisar no seio das instituições policiais, públicas, do Estado e no Estado de São Paulo? Ou, mais ainda, será possível hoje, e, sobretudo no futuro, *conhecer* o Estado?

Artigo

Recebido: 17/07/2016

Aprovado: 28/08/2016

**Keywords:** Military Police, Gender, Masculinity, Masks of the State, Ethnographic Theory.

**Abstract:** This article is about the results of a research conducted between 2015 and 2016 in a police battalion of a municipality in the state of São Paulo focusing on the case of policewomen and our own difficulties to access the field. The text is divided in two parts. In the first part, we propose a critical revision of the Brazilian literature underlying the general absence of an in-depth discussion about the research conditions. In the second part, we try to show how our theoretical analysis – such as the analysis of the masks of the State, the potential disruptor of gender inside the police, and the persuasive masculinity – were illuminated by the methodological limits we faced while trying to develop an ethnographic approach. The State appears as a fundamental piece in this text. The state does not merely hides itself and becomes opaque but also generates, through the employees in interaction with us as social sciences’ researchers, several layers of masks that allows it to suggest itself while refusing to be guessed and known, thus limiting the flow of communication that is the basis of social research. We conclude by the necessity of involving the academy in this problem of state’s un clogging finally criticizing a normative “ethics” that may only serve to enhance and make the old opacities of the state and military police more creative.

## Referências

ALVES, Livia Neide de Azevedo. A polícia feminina na polícia militar de Minas Gerais: percurso histórico. Monografia do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP/2011). Belo Horizonte – MG: Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro. 2011.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais [online]. *Texinfo* vol. 18, n. 2. Rio de Janeiro: Ciência. Saúde coletiva. 2013. [cited 2017 Jan 09]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300011&script=sci_abstract&tlng=pt)

BRAGA, Élide Damasceno. A mulher no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe: relações de poder e produção de sentido no cotidiano profissional. Tomo. Nº 25. 2014.

BUTLER, Judith. Antigone`s Claim. In: JUDITH, Butler. Antigone`s Claim: Kinship Between Life and Death. New York – United States of America: Columbia University Press, 2000.

BRASIL, Glaucéria Mota; LOPES, Emanuel Bruno. Os limites e avanços da inserção das mulheres na Polícia Civil. In: BRASIL, Glaucéria Mota Brasil. A face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder. Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2005.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. (Dissertação de Mestrado)

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciências Administrativas, 2006. (Tese de Doutorado)

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres Policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie – RAM*, vol. 11, nº 3, fevereiro de 2010.

CRUZ, Rubia; PASINI, Elisiane, SILVEIRA, Ielena Azevedo. Nomeando o inominável: violência contra a mulher e poder judiciário. Porto Alegre: Themis, 2008.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. As delegacias especiais de Polícia e o projeto Gênero e Cidadania. São Paulo: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero Unicamp, 2000.

FEITOSA, Ana Carine do Nascimento. A inserção das mulheres na polícia militar do Ceará: gênero e policiamento comunitário. Monografia Serviço Social Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza – CE: Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2010

GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. In: STEINMETZ, G. State/Culture: State-Formation after the Cultural Turn. NY and London: Cornell University Press, 1999, pp. 76-97

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, Genivaldo Silva das. A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia. Salvador – BA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia, 2008. (Dissertação de Mestrado)

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça contra a mulher em Belo Horizonte. São Paulo: Annablume, 2012.

PEREIRA, Luciana Baroni Santos. “Mulheres Fardadas”: a participação feminina na polícia militar do Maranhão. Monografia em História Licenciatura Universidade Estadual do Maranhão. São Luís – MA: Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell. Women Police Stations: gender, violence, and justice in São Paulo, Brazil. United States of America: Palgrave Macmillan, 2005.

SHORE, Cris e WRIGHT, Susan. Policy: A new field of anthropology. In: SHORE, Cris e WRIGHT, Susan. Anthropology of Policy: Critical perspectives on governance and power, 1997.

SOUZA, Marcos Santana de. “Elas não servem pra guerra”: presença feminina e representações sociais de gênero na polícia militar de Sergipe. Monografia de especialização em “Violência, Criminalidade e Políticas Públicas”. São Cristovão – SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

\_\_\_\_\_. “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. São Paulo – SP: Universidade Estadual de Campinas. 2014. (Tese de Doutorado)

VIEIRA, Miriam Steffen. Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.